

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

PARTE 1 – TEMAS GERAIS

1. LEVANDO AS CONSEQUÊNCIAS A SÉRIO	31
1.1 Introdução e nota metodológica do capítulo	31
1.2 Consequencialismo e deontologia	32
1.2.1 Consequencialismo como teoria ética	32
1.2.1.1 Consequencialismo e utilitarismo: as duas principais objeções	38
1.2.2 Deontologia.....	44
1.2.2.1 As principais objeções à deontologia.....	55
1.2.3 Tentativas de conciliação no plano ético entre consequencialismo e deontologia.....	58
1.3 Consequencialismo e teoria do direito.....	68
1.3.1 Formalismo jurídico e realismo jurídico.....	70
1.3.2 O consequencialismo de Neil MacCormick.....	73
1.4 Consequencialismo no momento da interpretação jurídica.....	82
1.4.1 Conceito de consequências.....	83
1.4.2 Vieses cognitivos e heurísticas	90
1.4.2.1 Contextualização: a descoberta dos vieses cognitivos e das heurísticas	93
1.4.2.2 Associações inconscientes e a força da coerência	99
1.4.2.2.1 Ilusões cognitivas	103
1.4.2.3 Viés de confirmação	113

1.4.2.4	Heurísticas de disponibilidade e de afeto	119
1.4.2.5	Alternativas de como lidar com heurísticas e vieses cognitivos.....	123
1.5	Considerações finais do capítulo	126
2.	O CAMINHO DO DIREITO ATÉ A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	127
2.1	Introdução e nota metodológica do capítulo	127
2.2	O formalismo jurídico norte-americano	131
2.3	As raízes do realismo jurídico: a jurisprudência sociológica	140
2.4	O realismo jurídico.....	150
2.5	A legal process school e os desmembramentos posteriores	168
2.6	Caminhos diversos.....	176
2.7	Considerações finais do capítulo	178
3.	A UNIVERSIDADE DE CHICAGO.....	181
3.1	Introdução e nota metodológica do capítulo	181
3.2	A Faculdade de Direito.....	183
3.2.1	Ronald Coase e os custos de transação.....	189
3.3	O Departamento de Economia.....	206
3.3.1	Gary Becker e o modelo da escolha racional.....	208
3.3.1.1	Jeremy Bentham e a economia do comportamento fora de mercado.....	209
3.3.1.2	Gary Becker, racionalidade e incentivos	226
3.4	Considerações finais do capítulo	235
4.	ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E TEORIA DOS JOGOS.....	237
4.1	Introdução e nota metodológica do capítulo	237
4.2	Análise Econômica do Direito	239
4.2.1	O modelo da escolha racional e a importância dos incentivos.....	245
4.2.2	Alguns princípios fundamentais da economia aplicáveis ao direito.....	250
4.2.3	Teoria dos jogos: uma introdução	260
4.2.3.1	Os jogos e seus elementos.....	262
4.2.3.2	Equilíbrio de Nash.....	271
4.2.3.3	Problemas de ação coletiva.....	273

4.2.3.3.1	O dilema dos prisioneiros	275
4.2.3.3.2	A tragédia dos comuns	279
4.2.3.4	A caça ao cervo e o problema dos múltiplos equilíbrios de Nash.....	284
4.2.3.4.1	Ponto focal ou ponto de Schelling	292
4.2.3.5	Relações dinâmicas	295
4.2.3.6	Limites da teoria dos jogos.....	300
4.2.4	Análise positiva e análise normativa.....	302
4.2.4.1	Análise positiva	303
4.2.4.2	Análise normativa	309
4.3	O eficientismo ou maximização de riqueza de Richard Posner.....	311
4.3.1	Um meio termo entre Bentham e Kant.....	312
4.3.2	A maximização da riqueza como critério ético	319
4.3.3	Maximização da riqueza, análise positiva e análise normativa....	329
4.4	Considerações finais do capítulo	331
5. A REAÇÃO AO PENSAMENTO DE RICHARD POSNER. CRÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES.....		333
5.1	Introdução e nota metodológica do capítulo	333
5.2	Da insustentabilidade do critério da maximização da riqueza	333
5.2.1	Crítica: insustentabilidade da maximização da riqueza como critério ético de correção de conduta	334
5.2.2	Transformação total: da maximização da riqueza ao pragmatismo jurídico	341
5.2.2.1	O abandono do critério da maximização da riqueza	343
5.2.2.1.1	Custo-benefício e maximização da riqueza	348
5.2.3	Pragmatismo jurídico.....	352
5.2.3.1	Críticas ao pragmatismo jurídico de Posner	377
5.3	Desafios da economia comportamental à análise econômica do direito.....	380
5.3.1	Direito e Economia Comportamental ("Behavioral Law and Economics")	380
5.3.2	Transformação parcial: a incorporação da economia comportamental pela análise econômica do Direito.....	388
5.4	Considerações finais do capítulo	398

6. A NOVA INTERPRETAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS.....	399
6.1 Introdução e nota metodológica do capítulo	399
6.2 Deficiências do formalismo jurídico	401
6.2.1 Existência de duas ou mais interpretações jurídicas válidas	401
6.2.2 Preferências pessoais (elemento volitivo ou de escolha) ou exercício de função legislativa.....	419
6.2.3 Custos de transação.....	445
6.2.4 Desconsideração do plano da efetividade das normas	449
6.3 A nova interpretação das consequências	455
6.3.1 Integração das consequências à interpretação jurídica.....	456
6.3.2 Hipóteses de aplicação e limites do consequencialismo na in- terpretação jurídica.....	464
6.3.2.1 Peso das consequências no momento da interpretação jurídica.....	464
6.3.2.1.1 Expansão e calibragem de direitos indivi- duais	466
6.3.2.1.2 Princípios e políticas	479
6.3.2.2 Avaliação das consequências.....	489
6.3.3 Avanços em relação ao formalismo jurídico e aos demais méto- dos consequencialistas atuais	504
6.3.3.1 Pertinência entre meios normativos e consequências esperadas	505
6.3.3.1.1 Custos de transação e avaliação da prova	505
6.3.3.1.2 Custos de transação e penas restritivas de direito	520
6.3.3.2 Predição de comportamentos racionalmente espera- dos	524
6.4 Considerações finais do capítulo	547
CONCLUSÃO	549
BIBLIOGRAFIA	553

PARTE 2 – TEMAS CORRELATOS

7. ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO CIVIL: ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO DE PROPRIEDADE E DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	569
7.1. Introdução	569
7.2. O direito de propriedade para a sociedade: apontamentos sobre direito, instituições e desenvolvimento	571
7.2.1 A importância socioeconômica da proteção da propriedade	571
7.2.2 Atribuição inicial da propriedade, disputas sobre os diferentes modos de vida econômica e justiça distributiva	572
7.2.3 Da importância da proteção ao direito de propriedade no contexto do Brasil. A questão fundiária rural e urbana	583
7.2.4 Da proteção da propriedade como instrumento de desenvolvimento econômico e social	588
7.3. O direito de propriedade para o direito	595
7.3.1 A formação da dogmática do direito de propriedade	595
7.3.2 <i>Civil law</i> e <i>common law</i>	597
7.3.2.1. Direito da propriedade no <i>civil law</i>	598
7.3.2.2. Direito de propriedade no <i>common law</i>	604
7.3.2.3 Semelhanças e diferenças do direito de propriedade no <i>civil law</i> e no <i>common law</i>	608
7.4. O direito de propriedade para a economia	615
7.4.1 A Escola de Direitos de Propriedade	615
7.4.2 A metáfora ou teoria do “feixe de gravetos” (<i>bundle of sticks</i>)	620
7.5. O direito de propriedade para a análise econômica do direito	625
7.5.1 Diferenças entre os conceitos jurídico e econômico de propriedade	625
7.5.2. Análise econômica do direito de propriedade: aspectos estático e dinâmico	629
7.6. Análise econômica da função social da propriedade	636
7.6.1 A função social da propriedade para o direito	637
7.6.2 A função social da propriedade para a economia	642
7.6.3 A função social da propriedade para a análise econômica do direito	649
7.7. CONCLUSÃO	661
7.8. BIBLIOGRAFIA	663